



Sala dos Oficiais



PLENO DO TJES APROVA REAJUSTE DE VENCIMENTOS, BENEFÍCIOS E INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE.

Na tarde de hoje (24/04/25) foram aprovados em sessão virtual do pleno do TJES os reajustes do auxílio alimentação, saúde e também da Indenização de transporte, retroativos a fevereiro de 2025.

Foi também aprovado o encaminhamento do Projeto de Lei de reajuste de 4,5% (quatro e meio por cento) nos vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário Capixaba, a partir de maio de 2025.

O Projeto agora será apreciado pela ALES e, se aprovado, encaminhado para sanção do Governador. O reajuste valerá a partir de maio de 2025.

O novo valor diário do auxílio alimentação será de R\$ 79,11 (setenta e nove reais e onze centavos), totalizando R\$ 1.740,42 (mil setecentos e quarenta reais e quarenta e dois centavos) mensais, reajuste de 6,54%. (IGP-M).

Em relação ao auxílio saúde a tabela foi reajustada em 4,83% (IPCA).

Por fim o valor da diária da Indenização de transporte foi reajustada para R\$ 176,00 (cento e setenta e seis reais), um incremento de 4,83% (que também é o valor do reajuste da VRTE do ES).



COM A NOMEAÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA PARA A COMARCA DE BOA ESPERANÇA, SINDIOFICIAIS SE REUNE COM OS JUIZES ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA REQUERENDO A CONTINUIDADE DAS NOMEAÇÕES.

Na data de hoje foi publicado no DJES o ATO Nº 313/2025 nomeando RUANN MATHEUS VIEIRA RODRIGUES SERGIO, aprovado no concurso público de 2023, para o cargo de OFICIAL DE JUSTIÇA.

O SINDIOFICIAIS comemora esta nomeação e parabeniza o novo colega Ruann. Nosso sindicato anseia pela continuidade do ingresso de novos oficiais de justiça nos quadros da Justiça Estadual.

Hoje também os diretores Gilceia Marcelino e Roberto Branquinho estiveram no Tribunal de Justiça para uma reunião com os Juízes Assessores da Presidência Dr. Salomão Akhnaton Zoroastro Spencer Elesbon e Dra. Brunella Faustini Baglioli.

Na reunião foi reiterada a necessidade da continuidade de NOVAS NOMEAÇÕES DE OFICIAIS DE JUSTIÇA, notadamente no interior do Estado onde a situação é crítica em muitas comarcas.

Foi enfatizado que apesar da reestruturação realizada, inclusive com a implantação de comarcas virtuais, há locais



Sala dos Oficiais



onde a necessidade de presença física do servidor (notadamente o oficial de justiça) é imperiosa para a adequada prestação jurisdicional, sendo que muitas comarcas se encontram sem o mínimo necessário de servidores, algumas até sem qualquer oficial de justiça.

Reiteramos que nossa categoria está envelhecida e muitos na iminência de aposentadoria, o que tende a agravar a situação de sobrecarga de serviço.

Nesse sentido os Juízes afirmaram que a Secretaria de Gestão de Pessoas do TJES já está realizando um levantamento do local onde podem ser lotadas ou localizadas os novos oficiais de justiça a serem nomeados, considerando as remoções pendentes e também as aposentadorias ainda não homologadas pelo TCES.

Novamente reiteramos a urgência desta análise para que as nomeações continuem. Destacamos também a imperiosa necessidade de prorrogação do concurso público vigente, dado que o prazo de validade de dois anos expira agora em setembro de 2025.

Os Diretores do sindicato também relataram a necessidade de maiores esclarecimentos acerca da implantação das comarcas virtuais no Estado e de seu funcionamento.

Dr. Salomão afirmou que muitas das questões a serem enfrentadas pelos oficiais de justiça das comarcas que passam por

este processo de aglutinação e criação de comarcas virtuais deverão ser resolvidas pelo Juiz Diretor do Fórum da comarca que incorporou as comarcas menores.

Enfatizamos que ainda assim há diversas questões que devem ser aprofundadas e não serão resolvidas no ambiente apenas das comarcas envolvidas passando por uma análise da Administração.

Assim reiteramos a necessidade da designação de reunião virtual dos Juízes assessores com os colegas do interior do Estado para aprofundar o debate e expor as dúvidas e anseios dos oficiais de justiça afetados.

Sob esta ótica o Dr. Salomão solicitou que o sindicato elaborasse junto a categoria um relatório com as principais dúvidas as quais seriam enviadas previamente aos Juízes visando otimizar uma posterior reunião tornando-a mais objetiva.

O SINDIOFICIAIS se comprometeu a organizar com a categoria as principais dúvidas acerca da comarcas virtuais e envia-las previamente aos Juízes para que a eventual reunião se torne mais produtiva e eficaz.

Durante a reunião o SINDIFICIAIS reiterou a análise e resposta dos diversos requerimentos já efetuados, como a extensão da indenização de férias para os colegas que completarem mais de dois períodos de férias não gozadas até ao



Sala dos Oficiais



menos junho de 2025, entre outros requerimentos.

O SINDIOFICIAIS obteve o compromisso dos Juízes assessores para uma resposta aos nossos pleitos em um novo encontro a ser realizada em duas semanas, após os feriados e o retorno do Presidente na próxima semana.

Por hoje é só.

Precisamos de todos.

FILIEM-SE.

Vitória, 24 de abril de 2025.

A DIRETORIA